

IV Encontro Nacional da Anppas  
4,5 e 6 de junho de 2008  
Brasília - DF – Brasil

---

## **A CONTRUÇÃO SOCIAL DO SUL DO AMAPÁ NO AGROEXTRATIVISMO**

Antonio Sergio Monteiro Filocreão

Professor da Universidade Federal do Amapá

[filocreao@unifap.br](mailto:filocreao@unifap.br)

### **Resumo**

A partir de 1988, criaram-se na região Sul do Estado do Amapá o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá; a Reserva Extrativista do Rio Cajari e a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, para o uso sustentável das populações locais. Essa região era ocupada por indígenas e foi palco de grandes disputas entre holandeses, ingleses, irlandeses e portugueses na Amazônia colonial. Com as políticas pombalinas, forma-se uma população agroextrativista, mestiça de índios, portugueses e negros, que é submetida no “Ciclo da Borracha” a formas compulsórias de trabalho por “coronéis extrativistas”. Na década de 40, a região é explorada por empresas extrativistas que mantêm a população cabocla produzindo castanha, gomas e produtos agrícolas, através do aviamento. Na década de 70, a região passa ao controle de grandes capitais estrangeiros, como o Projeto Jarí, nacionalizado em 1981. A partir daí o extrativismo passa a ter importância secundária na economia da região e a população fica a mercê da exploração dos regatões e pequenos comerciantes locais, e violência da segurança armada do Projeto Jarí. Isto leva a sua organização política em sindicatos, associações e cooperativas, que se aliando aos movimentos ambientalistas na luta pela criação de reservas extrativistas, consegue o direito a terra com a criação das áreas protegidas para o agroextrativismo, criando novas expectativas para o desenvolvimento local. Este artigo trata da construção histórica desse processo.

### **Palavras-chave**

Amapá, agroextrativismo, reserva extrativista, história ambiental

### **1.Introdução**

Na região Sul do Amapá foram criadas três reservas para o agroextrativismo: o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá (1988); a Reserva Extrativista do Rio Cajari (1990) e a Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (1997), protegendo um espaço de 1.877.163 hectares de floresta para uso sustentável das populações locais.

A criação dessas unidades foi resultado das lutas políticas das populações agroextrativistas organizadas em sindicatos rurais, cooperativas e associações sob a liderança do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em aliança com movimentos ambientalistas nacionais e internacionais preocupados com a destruição da floresta amazônica.

O objetivo do trabalho de pesquisa foi analisar sob o ponto de vista histórico o processo de ocupação econômica dessa região, tendo como ênfase à atividade agroextrativista e a formação de uma população local que sobrevive de uma agricultura de corte e queima, complementada com a coleta de produtos florestais como a borracha, a castanha, açaí, etc.; reivindicadora dos direitos de uso sustentável da floresta da região, através da criação de reservas extrativistas.

Para atingir esse objetivo, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica nos arquivos e bibliotecas do Pará e Amapá, análise de relatórios técnicos e entrevistas com antigos moradores na forma de história oral, conseguindo-se assim construir um quadro histórico composto pelas diversas fases em que a região passou desde a chegada dos europeus à criação das reservas.

Na história da Amazônia, percebem-se três importantes fases que definiram a sua formação sócio-econômica: o período da Amazônia Colonial, onde se consolida a ocupação européia; a fase áurea do extrativismo da borracha, momento importante na acumulação de riquezas e geração de excedente econômico; e o período da forte intervenção estatal para a integração da Amazônia a economia nacional com o estímulo aos “grandes projetos”, que desencadeia a busca de novas alternativas de desenvolvimento. Essas fases manifestam-se na região Sul do Estado do Amapá tendo como pano de fundo a disputa pelos recursos do agroextrativismo.

## **2.Ocupação das terras amapaense na Amazônia Colonial**

No início da ocupação européia, as terras do Amapá, parte de uma faixa de terra entre os rios Oiapoque e Amazonas, denominada de Guiana brasileira, foi objeto de disputa intensa entre lusos brasileiros e os holandeses, ingleses, irlandeses e franceses. Apesar de propriedade espanhola, a reunificação dos reinos de Portugal e Espanha, no período de 1580 a 1640, permite aos portugueses o seu acesso e conquista. (Ferreira Reis,1993).

A disputa foi sangrenta no Sul do Amapá. Na região do rio Maracá, Lorimer(1989) e Castro(1999), relatam várias incursões colonizadoras de holandeses, irlandeses e ingleses. Em 1612, Philip Purcell comerciante irlandês, e compatriotas, montaram uma colônia para plantio e negociação com índios no rio Preto. Esta prosperou durante vários anos, produzindo tabaco, tinturas de urucu e madeiras que eram exportadas para Europa. Em 1620, sua produção passou ao monopólio da Amazon Company, empresa comercial inglesa. Essa feitoria foi destruída em 1625 por Pedro Teixeira, sendo mortos Philip Purcell e vários colonos estrangeiros.

Foi erguida em 1628, à foz de um pequeno afluente do rio Maracapucu (atual Maracá), uma fortificação denominada de Forte Torrego. Desta vez sob a orientação de James Purcell, irmão de Philip, sobrevivente da luta contra os portugueses em 1625. O objetivo era implantar uma nova colônia, com antigos colonos irlandeses expulsos, em 1625, ingleses e holandeses, com o apoio da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas. Esse forte foi tomado e destruído por Pedro Teixeira em 1629 (PARÁ, 1916; CASTRO,1999).

Na região do rio Cajari, havia em 1623 dois assentamentos ingleses, no rio que chamavam de Okiarii. Eles foram implantados por Roger North, que propugnou a criação da Amazon Company na Inglaterra, com o objetivo de fundar uma colônia na Amazônia, para além exploração de tabaco e algodão, cultivar também cana de açúcar e erigir engenhos; iniciando suas atividades em 1620 com o deslocamento de 2 navios de colonos para a região. Esta colonização foi considerada ilegal pelo rei da Inglaterra, por razões diplomáticas com a Espanha, o que redundou

na suspensão da licença de funcionamento da companhia, na prisão de Roger North, e confisco da carga de seus navios ao retornar em 1621 a Inglaterra. Apesar dos problemas, essa povoação inglesa persistiu durante alguns anos, graças às boas relações que manteve com os irlandeses e com as expedições e bases holandesas na região. Esses assentamentos foram destruídos por Pedro Teixeira em 1625 (LORIMER, 1989; CASTRO, 1999).

Roger North ao sair da prisão trabalhou na formação da Companhia da Guiana, conseguindo construir um assentamento fortificado em um afluente do Okiari, que foi denominado de Forte North, Pattacue ou forte do rio Felipe, construído em 1629. Essa fortificação foi destruída pelos portugueses conduzidos por Jacome Raymundo de Noronha, em 1631(CASTRO, 1999).

A intensa disputa pelas terras da Guiana Brasileira impregnou na ocupação lusitana um caráter profundamente belicoso, militarizando a região. Inicialmente, na sua forma ofensiva, com a luta e expulsão de estrangeiros que se instalavam. Posteriormente, defensiva, com a instalação de fortificações, povoações e vilas em pontos estratégicos, como o Forte do Rio Araguari, em 1687, Forte de Cumaú em 1688, Casa Forte da Ilha de Santana em 1729, Forte de São José de Macapá em 1761 e a Fortaleza de São José de Macapá entre 1764 a 1782.

A militarização da ocupação vai se manifestar para a população nativa em ações de extrema violência, seja nas represálias e castigos imputados aos indígenas que negociavam ou se aliavam aos invasores, como estratégia de atemorização psicológica para evitarem-se novas alianças e relações comerciais; seja na inclusão dos indígenas aliados nas batalhas contra os invasores, e no trabalho compulsório na construção de fortificações e criações de vilas.

A preocupação com as invasões e a necessidade de obter o controle da área, evitando as ações clandestinas dos franceses, leva as autoridades luso-espanholas a criarem em 1637 a Capitania do Cabo Norte, cuja área entendia-se do Rio Oiapoque ao Amazonas, doada a Bento Maciel Parente. Apesar de tomar posse em 30 de maio de 1639, imaginando um largo programa de atividades produtivas e de povoamento, Bento Maciel Parente não pode ocupar-se da capitania. Foi mandado governar o Estado do Maranhão. Falecendo em 1641, deixou os direitos a capitania a seu filho Bento Maciel Parente que foi sucedido por Vital Maciel Parente que não deixou herdeiro, revertendo a Capitania ao domínio da Coroa Portuguesa (FERREIRA REIS, 1993).

Paralelo ao movimento bélico de ocupação da Amazônia, Prado Júnior(1970), enfatiza um movimento religioso, cuja vanguarda em particular, serão as ordens jesuítas e carmelitas. Em vez da violência, através da persuasão, os missionários conseguiram o que os colonos leigos foram sempre incapazes de obter: o trabalho indígena, que será utilizado nas diversas atividades de implantação das missões, desde a construção dos prédios à produção da subsistência e geração de excedentes exportáveis na agricultura e extrativismo que mantinham as missões e permitiam acumulação de riquezas as ordens religiosas, dando-lhes poder e importância financeira. Poder esse que vai ser combatido e diminuído a partir das políticas pombalinas.

Até 1700, no atual município de Mazagão, que abrange regiões dos rios Maracá e Cajari, nenhum povoado se estabeleceu, e quanto aos trabalhos dos missionários, até 1740 não fundaram nenhuma aldeia (PARÁ, 1916). É possível, que a ação repressiva sobre os índios que se aliaram aos estrangeiros, tenha provocado a fuga dos nativos para outros locais mais distantes, ou para a proteção das missões estabelecidas nos rios Jarí e Paru. Após a expulsão dos estrangeiros, a região do rio Jarí e circunvizinhanças ao sul receberam por parte dos portugueses uma forte ação evangelizadora. Vários aldeamentos missionários foram criados, originando, posteriormente, vilas: Acarapi (Val de Fontes), Paru (Almeirim), Jarí (Fragoso), Tuaré (Esposende), Uramucu (Arraiolos) (FRAGOSO, 1982).

Segundo Porro (1996), na história indígena amazônica, aconteceu um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanhou os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar em meados do século XVIII numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas. Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas, devido à alta mortalidade por lutas e doenças trazidas pelos brancos; fugas para o interior; e, a sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização (tropas de resgates e missionários).

Neste despovoamento maciço e repovoamento parcial observam-se dois aspectos: o desaparecimento dos padrões adaptativos da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do repovoamento induzido pelo colonizador; e, a formação de um estrato neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica (PORRO, 1996).

Esse fenômeno, que começa a ser visível em meados do século XVII no baixo Amazonas e no começo do seguinte no alto curso, não impede que a população “neo-indígena” assimile uma série de técnicas essenciais ao ecossistema fluvial:

Em torno dessas técnicas (moradia, navegação, manejo de fauna e da flora), irá se constituir a cultura do tapuio ou caboclo amazonense, da qual irá também participar, em maior ou menor grau, a população branca e mameluca da região (PORRO, 1996, p.38).

No Sul do Amapá o fenômeno do despovoamento foi violento, existem apenas vestígios da população indígena nativa. Antes da chegada dos europeus a região era densamente povoada, isto é comprovado pela existência de diversos sítios arqueológicos, além das inúmeras manchas de terra preta arqueológica (TPA)<sup>1</sup> nas regiões dos castanhais.

---

<sup>1</sup> Terra preta arqueológica (TPA): “alterações produzidas na química e física dos solos pelos ancestrais dos índios por processos ainda mal conhecidos, favorecem a formação de uma espécie de húmus bastante estável, mesmo sob as condições climáticas da região, onde as chuvas abundantes e o calor não contribuem para o acúmulo de matéria orgânica. [...] é um forte indicador da existência de povoamento permanentes, densos, hierarquizados e estáveis, a partir do quinto milênio a.C., hoje desaparecidos” (MIRANDA, 2007, p.74-79).

## **2.1.As políticas iluministas pombalinas na região**

A colonização centrada no Estado, fortalece-se com a ascensão de Marquês de Pombal ao poder, entre 1750 a 1777, no reinado de D. José I, com implementação de suas políticas para a ocupação da Amazônia. O vazio demográfico existente nas extensas áreas da América Portuguesa, com pouco mais de 1.500.000 habitantes, preocupava a Coroa, devido à existência de fronteiras com territórios pertencentes à França, Holanda, Inglaterra e Espanha, com amplos recursos demográficos, que poderiam aproveitar-se da inexistência de núcleos populacionais portugueses para ampliar seus domínios nas terras lusitanas. Nesse período vai se fortalecer uma política de fomento a imigração do Reino e das Ilhas, com concessão de facilidades para fixação de colonos no Norte e Sul do Brasil, como: transporte por conta da Fazenda Real; doação de um quarto de légua em quadra; concessão gratuita de animais, alfaia e sementes. Essa política garantiu um grande surto migratório de colonos açorianos e madeirenses para o Brasil (COUTO, 2003). A Amazônia recebeu muitos casais de ilhéus, que foram utilizados na fundação de Vila São José de Macapá em 1752 e no povoamento da Vila Nova Mazagão em 1771.

Além do fomento a imigração de colonos, incentivou-se também a importação de escravos negros para a Amazônia, concedendo-se a liberdade dos índios, induzindo-os a miscigenação com portugueses, privilegiando-se os homens brancos que casassem com mulheres indígenas.

Na ocupação do Sul do Amapá, a política pombalina contribuiu para a formação de um centro de exploração e irradiação econômica na região, com a fundação da vila Nova Mazagão. O processo de criação deste centro inicia no ano de 1756, quando, fugindo de doenças, o povoado de Sant'Anna, localizado em uma Ilha na Foz do rio Matapi, constituído em 1753 por índios descidos do rio Negro, foi transferido para o rio Maracapucú, e em 1769 para o rio Mutuacá. Este povoado, em 1770, foi preparado para receber as famílias vinda de Mazagão, colônia portuguesa na África, recebendo o nome de Vila Nova Mazagão(PARÁ,1916).

Da Vila Nova Mazagão, inicia-se um movimento de exploração de recursos pelos colonos portugueses, em direção ao rio Jarí. A região do Cajari, anos depois, vai ser também explorada. Em 1772 foi determinado ao capitão Francisco Roberto Pimentel que explorasse o rio Cajari, para instalar um povoado as suas margens, com índios que escolhesse e conseguisse manter reduzido. A população desse povoado que foi denominado de Sant'Anna do rio Cajary em 1773 era de 29 famílias, com 197 pessoas, na sua quase totalidade índios(PARÁ,1916).

Na fase pombalina, os moradores de Mazagão desenvolveram, nessas áreas, uma agricultura comercial, cujos produtos principais eram o arroz e o algodão, entregues a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, e aos donos de máquinas de beneficiamento de Belém. Com a saída da Companhia: "Diminuiu a produção de arroz e as unidades familiares reforçaram atividades de policultura[feijão, café, milho e tabaco] e extrativismo"(MARIN, 1998, p.85).

Em 1833, a Vila do Mazagão contava com uma população de 498 brancos, 325 escravos, 181

mestiços e 148 índios, significando uma totalidade de 1.152 moradores, que nessa época vendiam: “arroz, algodão, cacau silvestre das ilhas vizinhas, e outros efeitos, que vão sacar dos matos dos rios Anauarapucu, Maracá, Jarí e Cajari”( BAENA,2004,p.239).

Em síntese, na fase colonial, a formação econômica do Sul do Amapá, foi permeada pelo caráter militar da ocupação do território, e pelas ações estatais de expansão demográfica, como libertação dos índios, importação de escravos negros, colonos açorianos e madeirenses e fomento a agricultura comercial. Isso vai representar para os índios da região: violência e tutela. Percebe-se no início da ocupação que as formas de relacionamento dos portugueses com os nativos foram sempre no sentido de subjugar-los aos seus interesses econômicos e militares, utilizando-se da coerção e do trabalho compulsório. Assim, vê-se o índio engajado nas expedições militares, combatendo os invasores estrangeiros e seus aliados nativos; transportando o colonizador ao conhecimento da região e de suas riquezas; construindo as vilas e fortificações; produzindo na agricultura; e, coletando os produtos para o abastecimento local e comércio. Os que resistiam ou se aliaram aos invasores foram perseguidos e eliminados.

A garantia de liberdade e cidadania portuguesa aos descendentes miscigenados era necessária ao aumento demográfico exigido na ocupação territorial. E, acontece sob a tutela da Coroa, por contrariar os interesses das elites amazônicas de então. Violência, autoritarismo e tutela de um lado, gerando medo, submissão, apatia e revolta silenciosa do outro, condicionam a formação de uma sociedade que já nasce profundamente dividida e dissimulada na região.

No Sul do Amapá, manifestaram-se dois processos distintos de exploração e ocupação do espaço. Na região dos rios Jarí e Iratapuru, predominou a forma vinculada às aldeias missionárias transformadas em vilas, enquanto as regiões dos rios Cajari e Maracá foram atreladas aos povoamentos formados com importação de colonos. Na formação cultural do campesinato caboclo, a contribuição do índio será maior, na região do rio Jarí enquanto nas regiões do Maracá e Cajari, vai estar presente, também, uma forte contribuição do escravo negro.

A produção agrícola associada ao extrativismo colonial utilizando índios, negros e ilhéus, gerou uma capacidade produtiva bastante diversificada para a região, aproveitando a experiência e o saber dessas etnias, o que constituiu um importante fator de adaptação dessa sociedade as dificuldades impostas pelo ambiente, fortalecendo a sua capacidade de sobrevivência as crises vivenciadas pela economia regional na sua história.

### **3.0 Sul do Amapá no boom da borracha**

Na Amazônia, apesar da política pombalina ter garantido a Coroa à ocupação de suas posses, sob o ponto de vista econômico, a riqueza gerada com as drogas do sertão e agricultura de exportação não conseguiu alcançar a importância da cana de açúcar no nordeste, nem mesmo da nascente economia do gado no interior nordestino.

Alden (1974), Dias (1970) e Rosario (1986), vislumbram um ciclo agrícola na Amazônia, entre os

chamados ciclos das drogas do sertão e o da borracha, onde o cacau foi o principal produto. Inicialmente, extrativo (cacau bravo), e mais tarde cultivado em fazendas permitiu um significativo incremento econômico no período. Sem desconsiderar a importância das drogas do sertão e do cacau, o ciclo da borracha (1840-1910), foi o período em que a ocupação econômica da região efetivou-se com um grande e eufórico dinamismo, contraditoriamente sustentado, no extrativismo de um só produto, financiado pelo "sistema de aviamento"<sup>2</sup>.

A expansão da borracha "longe de limitar-se a uma ou duas áreas isoladas da Amazônia brasileira, foi inegavelmente um fenômeno de amplitude regional que se estendeu aos mais remotos distritos da bacia amazônica"(WEINSTEIN,1993, p.18). Sua dinâmica econômica manifestou-se na urbanização da região em dois pólos principais: Belém e Manaus.

Apesar da grande euforia que a economia gomífera propiciou, sua duração foi efêmera, pois em 1920, a borracha cultivada na Ásia, a custos de produção inferiores, desbancou o lugar que o Brasil ocupava de grande e único exportador. Isso levou a Amazônia a uma profunda crise, consequência de sua dependência de um único produto de exportação, sujeita às imprevistas flutuações do mercado externo e na qual a maior parte do excedente gerado internamente é carregado para fora, sem efeito multiplicador para a região(MARTINELLO, 1988).

A crise esfacelou o sistema de aviamento, gerando muitas falências, abandono de seringais e expulsão de trabalhadores da região, provocando inchaço, favelização e aumento dos problemas sociais nas principais capitais amazônicas, sem oferta de empregos. A gravidade da crise foi atenuada pelas alternativas de uso da força de trabalho na agricultura e em outras atividades extrativistas que se revalorizaram. A coleta da castanha-do-pará foi de fato, ao menos em certas áreas, a atividade que mais contribuiu para a sustentação da economia amazônica na crise gomífera, aproveitando a infra-estrutura e o sistema de aviamento, montados para a borracha em regiões também detentoras de castanhais. Isso permitiu a retenção de trabalhadores nas atividades extrativas, amenizando nessas regiões os impactos da crise (VELHO,1981).

No Acordo de Washington, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, no período de 1942 – 1947, após a ocupação dos seringais asiáticos pelos japoneses, fomentou-se a economia da borracha, visando-se estimular ao máximo a produção extrativista amazônica, de forma a aumentar os excedentes exportáveis para os Estados Unidos. Isto redundou na chamada Batalha da Borracha, em que o governo deslocou cerca de cinquenta e cinco mil nordestinos para os seringais da Amazônia, sendo que "pelo menos quinze ou vinte mil deles perderam suas vidas nos seringais ou nas brenhas da floresta" (MARTINELLO, 1988, p.344).

Esse esforço de guerra foi inócuo, pois a intervenção estatal apenas reforçou o sistema de aviamento, ao financiar aviadores e seringalistas, ao assegurar a exploração dos seringais em

---

<sup>1</sup> Relação econômica que se processa entre um comerciante que fornece antecipadamente as mercadorias essenciais à vida dos seringueiros e castanheiros, em troca da produção. Generalizou-se na Amazônia no ciclo da borracha, formando diversas cadeias de intermediação, partindo das casas importadoras e exportadoras até o trabalhador extrativista.

débitos junto ao Banco de Crédito da Borracha, ao subsidiar a alocação de mão-de-obra. O Banco de Crédito apenas substituiu as tradicionais casas exportadoras, financiando o intermediário e adquirindo a safra, enquanto o seringueiro continuou como antes, isolado de tudo e de todos, totalmente à mercê do patrão seringalista. Portanto, não se provocou grandes mudanças nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas da economia extrativista. Finda a guerra, os seringais asiáticos voltam a dominar o mercado e a economia amazônica retorna à situação anterior de estagnação (MARTINELLO,1988).

### **3.1. Coronelismo e extrativismo no Sul do Amapá no boom da borracha**

No alto rio Jarí, o processo de formação de um campesinato parece ter sido mais lento que no baixo rio Jarí e áreas próximas a Vila Mazagão. Em 1877, o geógrafo francês Jules Crevaux ainda encontra, uma grande quantidade de índios “Roucoyennes”, nos altos cursos do rios Jarí e Paru. No baixo rio Jarí, descreve o encontro de várias habitações de seringueiros, e o contato com um comprador de borracha e agente de um vapor que entrava todo o primeiro dia de cada mês no rio para o transporte dos produtos. Relata que nessa época, a vila de Gurupá era um ponto de parada para 75 vapores que singravam a Amazônia(CREVAUX, 1987).

Em 1879, Crevaux ao retornar ao rio Jarí, vindo do rio Paru pelo Amazonas, no vapor Yary, percebe que: “O baixo rio povoava-se rapidamente. O vapor parou mais de vinte vezes para receber carregamentos de borracha e de castanha”(CREVAUX, 1987, p.348, tradução do autor). O seu registro reflete o rápido processo de ocupação econômica da região pelo extrativismo.

Os recursos extrativos da região do Jarí, Paru, Cajari e Maracá foram explorados pelas populações caboclas e indígenas oriundas dos aldeamentos missionários da circunvizinhança, e da região das Ilhas de Gurupá e da Vila do Mazagão. A organização da produção dava-se numa forma específica de seringal, que Oliveira Filho (1979), denomina “seringal caboclo”, explorado por populações mestiças ou tapuias, com atividades diversificadas, da agricultura de subsistência à criação, passando por formas variadas de extração (vegetal, como a borracha, a salsa, o cacau, o óleo de copaíba, a castanha, e animal, como a manteiga de tartaruga, o pescado etc.). No início, não importavam gêneros alimentícios, ao contrário, neles havia uma lavoura alimentar suficiente e de acordo com a dieta do nativo.

Nesses seringais, havia uma relativa autonomia em relação ao capital mercantil, pois o seringueiro trabalhava com a família:

[...]isso dava à unidade econômica nuclear uma flexibilidade relativamente grande, permitindo que o cultivo de subsistência ou outras formas de extração fossem realizadas pela mulher e/ou filhos concomitantemente ao preparo da seringa pelo chefe da família” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p.125).

Apesar do grande potencial extrativista existente na região, a preocupação com a posse legal da terra não era levada em grande consideração, no início do boom da borracha. Lins observa que:

[...]é oportuno que se refira que não havia mentalidade de legalização de terras



naquela época. O título de 'posse' era tido pelo próprio dono como uma coisa precária, a maioria deles como um mero reconhecimento do 'Intendente' municipal(LINS, 2001, p.37).

Essas condições permitirão que uma única pessoa, o coronel José Júlio de Andrade aproprie-se das terras de toda a região de influência do rio Jarí, a partir de 1899, utilizando-se tanto da influência política na intendência de Almeirim e como senador pelo Pará, quanto de manobras cartoriais(LINS, 2001; PINTO, 1986). "Com isso, torna-se um seringalista muito rico que pode, no 'boom da borracha", juntar capital suficiente para adquirir um navio, expandir seu posto comercial e estabelecer a sua própria casa aviadora, dominando de forma tirânica quase todo o comércio de borracha no município de Almeirim (WEINSTEIN, 1993).

José Júlio explorou a área que abrange a atual RDS do Iratapuru, demarcando as suas terras em 1924, e instalando uma filial (barracão para aviamento e compra de produtos) em São João do Iratapuru, que dava suporte a coleta de castanha e borracha nessa região(LINS,2001)

A exploração comercial da castanha e seringa na região do rio Cajari, no seu início era livre, porém o coronel José Júlio "comprou" as terras do rio Cajari, para evitar as constantes fugas de trabalhadores do rio Jarí para lá. Instalou duas filiais na região do Cajari, uma em Santana e a outra em Água Branca. Sendo que, o controle deste rio, ficou com seu sócio Capitão Crispin de Almeida. Nessa época, a filial de Água Branca era gerenciada por José Miranda, genro do Capitão Crispin, e trabalhava só com o extrativismo(LINS,2001).

José Júlio, através da violência ao tráfico de influência, tornou-se "talvez o maior latifundiário do mundo. Suas terras no Estado do Pará, nos municípios de Almeirim, Porto de Moz e Território Federal do Amapá, beiravam três milhões de hectares"(LINS, 2001, p.37). O que lhe permitiu controlar toda região do Jarí ao Cajari, excluindo do direito de posse os trabalhadores que já habitavam a região, que passaram a ser trabalhadores compulsórios para o seu projeto de acumulação privada das riquezas geradas no extrativismo vegetal da castanha, borracha, copaíba, maçaranduba, andiroba, timbó, casca preciosa e salsa e extração de ouro.

Segundo Pinto(1986, p.16), "José Júlio tinha direitos de vida e de morte em todo o vale, exercendo-o soberanamente devido o apoio de autoridades em Belém". Esse tipo de relação do latifundiário com os extrativistas gerou, em 1828, uma revolta de trabalhadores. Foram 787 pessoas que se rebelaram da escravidão no Vale do Jarí, e liderados por José Cesário de Medeiros, apossaram-se do vapor Cidade de Almeirim e fugiram para Belém onde denunciaram as autoridades e imprensa local os desmandos vividos. O jornal "O Estado de Pará", do dia 06 a 13 de junho de 1928, fez cobertura completa deste fato que comoveu Belém, ao tomar conhecimento da escravidão, maltrato, assassinatos e usurpação de terras, que aconteciam nas propriedades do coronel e senador José Júlio de Andrade(CARVALHO,2004).

Em 1930, José Júlio sofrerá as perseguições do interventor federal no Pará, coronel Magalhães Barata, iniciando com a cobrança de impostos da exportação da castanha e borracha no

município de Almeirim, dos anos 1922 a 1930. Nesse ano, o coronel José Júlio viaja para Europa com a sua esposa a tratamento de saúde, onde fica auto-exilado (ROCQUE, 1999). Em 1948, vê-se obrigado a vender as suas propriedades a um grupo de empresários portugueses que se associam ao seu ex-sócio Crispim de Almeida na exploração extrativista da região.

No período em que o coronel José Júlio controlava o Vale do Jarí e seu sócio, capitão Crispim de Almeida, o rio Cajari, o rio Maracá encontrava-se sob o domínio de um cidadão nordestino conhecido como “coronel” Vicente Freire, que “explorava castanha, borracha e outros produtos nativos, e era rico também. Mas adoeceu de beribéri e voltou ao Rio Grande do Norte, vendendo seus negócios do Rio Maracá” (LINS,2001, p.48). Isto se refere à década de 1920.

#### **4.0 Sul do Amapá na integração nacional da Amazônia**

O extrativismo da borracha, apesar de promover um grande dinamismo econômico na Amazônia, chegando a alcançar o segundo lugar na exportação brasileira, atingindo 25,7% do total exportado entre 1898 e 1900, perdendo apenas para o café que representou 52,7%(DAOU, 2000), não conseguiu desempenhar o papel catalisador que a riqueza gerada pelo café promoveu na industrialização paulista. Um dos motivos para isto, credita-se ao sistema de aviamento que ao fracionar o excedente econômico entre os diversos intermediários da cadeia, garantiu a maior fatia as empresas exportadoras/importadoras estrangeiras, enquanto que,

[..]as aplicações da riqueza que foi carreada para a região não ultrapassaram os umbrais do consumo conspícuo, exemplificado por espetáculos teatrais e companhias de luxo estrangeiras que se exibiam, com toda a pompa, em Manaus e Belém(MARTINELLO, 1988, p.26).

A partir da Revolução de 30, inicia um processo de integração do mercado nacional, do ponto de vista da circulação de mercadorias, ainda que a integração produtiva só se complete já avançada a década de 1970 (OLIVEIRA, 1995). A partir do pós-guerra, o Estado passa a ter um papel fundamental na implementação de políticas de desenvolvimento econômico, que vão ser expressas através do planejamento governamental. Na Amazônia, apesar das tentativas de planejamento econômico terem iniciado, para a recuperação da economia da borracha, em 1912 (Plano de Defesa da Borracha) e 1945 (Batalha da Borracha), ou na defesa de uma política de desenvolvimento mais ampla de longo prazo, através da criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e da Superintendência do Plano para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), poucos resultados positivos foram alcançados(MAHAR, 1978). Um aspecto importante desses esforços iniciais foi à criação dos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, e Ponta Porá) em 1943, como áreas de interesse estratégico para o Governo Federal.

Com os governos militares, a Amazônia passará por novas e grandes transformações:

Nos anos de 1964-78 a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa privada nacional e estrangeira. Ao lado das práticas tradicionais de extrativismo mineral, vegetal e animal por um lado, e da ampla e esgarçada economia de subsistência, do tipo camponês, por outro, surgiu e expandiu-se a grande e média empresa privada(IANNI, 1986, p.74).

Essas empresas surgem beneficiadas por fortes subsídios estatais, como incentivos fiscais, isenção de impostos e créditos facilitados, garantidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Banco da Amazônia criados em 1966 e Superintendência da Zona Franca de Manaus, criada em 1967. Isso lhes permite desenvolver, em grande e rápida escala, atividades produtivas geralmente destruidoras das condições naturais de existência da economia extrativista tradicional, como a devastação da floresta para o plantio de pastagens, reflorestamento e extração de madeira, a poluição dos rios com a mineração. Organizam-se na forma de grandes empreendimentos agro-industriais, florestais e minerais, conhecidos como “grandes projetos”.

Nessa nova etapa de ocupação do meio rural amazônico, diversificam-se e tornam-se complexas as formas de organização da produção, em um processo no qual a especulação imobiliária tende a ser uma faceta dominante, como estratégia para conseguir incentivos estatais, ou pelo potencial mineral do subsolo. Essa diversidade e complexidade nas formas de organizar a produção e usufruir os recursos naturais levam a Amazônia a se tornar palco dos mais diversos conflitos, que geralmente são resolvidos favoravelmente aos segmentos sociais mais poderosos.

Observa-se assim a produção rural organizando-se na forma dos “grandes projetos”, que são associações de capitais nacionais e estrangeiros, subsidiados pelos incentivos estatais, ocupando grandes extensões de áreas, como o Projeto Jarí, Codeara, Georg Pacific; os fazendeiros individuais, que, com financiamento bancário ou não, estabelecem um processo de pecuarização da região; e, uma diversidade de produtores familiares (posseiros, meeiros, proprietários e rendeiros), que, em número muito grande e com uma extensão de área proporcionalmente muito pequena, são empurrados cada vez mais para o interior e para as áreas mais pobres da Amazônia pelos grandes projetos, fazendeiros e frações especulativas do capital.

Entre os produtores familiares, não se observa uma tendência exclusiva à produção agrícola, o extrativismo continua um forte componente na subsistência, principalmente, entre aqueles de origem amazônica. Logo, a luta pela terra também passa a ser uma luta para manter as possibilidades de utilização dos recursos da floresta e dos rios, à medida que os grandes projetos vão destruindo as condições naturais que permitem as atividades de coletas, caça e pesca.

Com a generalização dos grandes empreendimentos, emergem na região as forças que reagem aos seus efeitos devastadores sobre a natureza, a partir das populações agroextrativistas que se aliam aos movimentos ecológicos nacionais e internacionais, lutando segundo seus diferentes interesses, pela preservação da floresta amazônica. As pressões dos movimentos ambientalistas, preocupados com o futuro da humanidade, e de frações do capital, interessados no uso da biodiversidade, levam o modelo de desenvolvimento via grandes projetos à crise, com a suspensão da antiga política de incentivos fiscais do governo federal para Amazônia. Surge então, a demanda de alternativas de desenvolvimento, que mantenha a “floresta em pé”.

Da busca de novas alternativas, surgem no final da década de 80 as propostas de implantação das Reservas Extrativistas na Amazônia, objetivando:

A regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por grupos sociais que utilizam produtos florestais para subsistência e comercialização, de forma compatível com as características de ecossistemas amazônicos e de acordo com os padrões tradicionais de uso. (ALLEGRETTI, 1988, p.3).

Na década de 90, no cenário complexo e conflituoso de integração econômica da Amazônia, o “temor pela perda do controle do território frente à pressão internacional, à autonomia dos estados e à demanda organizada da sociedade civil exigiu do Estado brasileiro uma resposta”(BECKER, 1999, p.34).Essa resposta vem através do Programa Avança Brasil:

Visando o investimento de infra-estrutura pelo Plano Eixos Nacionais de Transporte e Desenvolvimento, para incentivar a produção nacional e integrar nacional e internacionalmente o Brasil, mediante rodovias, hidrovias e ferrovias, a fim de criar condições de atração para a indústria, agropecuária e comércio(PORTO,2003, p.79).

Isso acontece em um cenário de globalização econômica e enfraquecimento do poder estatal devido às reformas neoliberais, com o país sufocado pelo endividamento público.

A partir do Avança Brasil, a Amazônia entra no século XXI com uma nova função: contribuir com a redução do custo Brasil, fornecendo novas alternativas para o escoamento e produção exportável de produtos agrícolas (soja) e minerais, através da redução dos custos de transporte, tendo em vista a sua localização privilegiada para a saída aos principais mercados internacionais, através dos Eixos Nacionais de Transporte e Desenvolvimento.

Nessa fase, o Amapá, em 1943 é transformado em um Território Federal com três municípios: Macapá, Amapá e Mazagão, com governadores nomeados pelo presidente da República, geralmente militares oriundos de outras regiões, que impuseram ao espaço amapaense, muito pouco além da presença autoritária do Governo Federal, enquanto os grandes grupos econômicos apossavam-se das riquezas extrativas minerais e vegetais, como: o manganês da Serra do Navio; o ouro de Calçoene; a cromita do Vila Nova; o caulim do Jarí; a madeira de Macapá e Mazagão; e, a ocupação do cerrado para a produção de celulose.

Em 1988, o Amapá é transformado em Estado com 16 municípios, elegendo seus governadores, obrigados, agora, a propor e implementar ações para o desenvolvimento, num quadro de esgotamento das reservas do principal produto exportável: o manganês. Nesse cenário, cria-se a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991, que logo se mostra como uma ação inócua para dinamizar a economia regional, já que o país vive uma fase de abertura comercial. De 1995 a 2002 estabelece-se um programa estadual de governo, com estímulo a diversificação das atividades econômicas, dentro dos princípios da Agenda 21, o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA). A partir desse programa, o governo estadual articula-se com o governo federal na busca de integração do Amapá aos mercados das Guianas e Caribe.

No Sul do Amapá, em 1943, cria-se o município de Mazagão com limites entre os Rios Vila Nova e Jarí incorporando uma extensa área rica em recursos extrativistas vegetais. Para facilitar a sua administração, fragmenta-se esse espaço, criando-se 2 municípios: Laranjal do Jarí, em

1987, e Vitória do Jarí, em 1994.

#### **4.1.O agroextrativismo e as empresas estrangeiras no Sul do Amapá**

Em 1948, quando a exploração da região do Vale do Jarí passa ao controle de uma empresa extrativista de estrangeiros, verificam-se algumas mudanças nas relações de trabalho e na utilização dos recursos naturais, pois:

Na fase José Júlio as áreas eram mantidas na maior privacidade, até para pescar era preciso uma autorização e o pescado destinava-se exclusivamente à alimentação local, não podendo ser negociado para fora da área. Os portugueses liberaram a área em todos os sentidos, tanto econômica como politicamente (LINS, 2001, p.105).

Tudo indica que a liberação para o plantio de produtos agrícolas tenha acontecido primeiramente nas regiões detentoras de poucos seringais, como o alto Cajari e alto Jarí. Isso permitiu na região uma incipiente produção agrícola. Em algumas vilas, como Santo Antônio da Cachoeira, era feita pela própria filial, produzindo o milho necessário para a alimentação dos burros de todas as outras filiais, além de feijão, tabaco e frutas. Água Branca do Cajari, que possui solos férteis e poucos seringais, produzia “até trinta toneladas de farinha de mandioca por mês, que eram compradas pela Companhia. Além da farinha, Água Branca fornecia feijão, milho, tabaco e grande quantidade de frutas, principalmente laranja” (LINS, 2001, p.111).

A liberação para outras atividades extra-extrativismo certamente permitiu um rebaixamento do valor da força de trabalho, manifestado na redução da quantidade de mercadorias aviadas, favorecendo a reconstituição do modelo de unidades familiares agroextrativistas, típicas do início do ciclo da borracha, porém submissas à empresa pelo monopólio da comercialização.

Com os empresários portugueses, verifica-se maior racionalização e diversificação nas atividades. O empreendimento passa a ser gerenciado por três empresas: a Jarí Indústria e Comércio, responsável pela comercialização da maioria dos produtos nativos; a Companhia Industrial do Amapá, com a finalidade de industrializar a castanha-do-brasil; e, a Companhia de Navegação Jarí S/A, composta pelas embarcações, em número de quatorze, entre navios e empurradores, com a finalidade de suprir o fluxo de produtos nativos entre as filiais e sedes como Arumanduba e Jarilândia, e destas com Belém do Pará(LINS,2001).

Foram feitos vários investimentos, visando a uma maior lucratividade das empresas, como: a instalação de sistemas de radiofonia entre as filiais, matrizes e Belém; conversão dos navios a vapor para óleo diesel; instalação de serraria em Jarilândia; aumento no estoques de mercadorias das filiais; criação de uma fábrica de aguardente; e, aumento no número de funcionários que passaram a trabalhar no sistema de rodízio entre as filiais, a cada dois anos. Os empregados têm seus direitos trabalhistas garantidos, como salário e carteira assinada (embora sempre recebessem o salário em mercadorias), e são liberados para criar pequenos animais e fazer roças. As filiais, locais dos aviamentos e o recebimento dos produtos, passaram a ser administradas por gerentes, que chegaram a ter participação nos lucros (LINS,2001).

Com os investimentos, superou-se em quase todas as atividades produtivas, o que era conseguido na fase anterior, explorando madeira, castanha do Pará, borracha, balata, e tudo que fosse possível negociar em Belém ou em outros mercados, como frutas, peles silvestres, peixes, caças, grãos etc., utilizando-se tanto do assalariamento como do aviação. Esta fase do extrativismo empresarial prolongou-se de 1948 até 1967, quando o controle da região foi vendido ao grande capital internacional, representado no milionário americano Daniel Ludwig, que implanta um ambicioso projeto agroindustrial que ficou conhecido como Projeto Jarí.

Enquanto existem muitos estudos sobre a ocupação da região dos rios Jarí e Cajari, em função do Projeto Jarí, a região do rio Maracá, circunvizinha de Mazagão, pouco foi estudada, e raros registros existem sobre a sua apropriação fundiária por empresas estrangeiras. No fim dos anos de 1930, as terras, os rios e os castanhais foram vendidas para uma empresa privada de capital japonês, a Agro-Industrial do Amapá que monopolizou a comercialização da produção extrativista (SILLS, 1991). Essa empresa tinha autorizações para pesquisa de ouro, através de decreto presidencial, em quase todo o leito do rio Maracá, em nome de brasileiros, desde 1939.

A empresa passou por uma nova negociação que modificou a sua atuação na região: "No início dos anos setenta, a Agro-Industrial foi vendida [sic] para um grupo mais interessado em especulação de terra e extrativismo mineral de que produtos florestais" (SILLS, 1991, p.5). Os novos proprietários eram norte-americanos, e tiveram a posse das terras questionada pelo Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM) criado em 1980 com missão de propor medidas para a solução de problemas fundiários da região:

[...] Neste caso [Agro-Industrial do Amapá S.A.] foi questionado o domínio de terras tituladas irregularmente e em mãos de empresários estrangeiros. Estes se apoderaram da área tão somente para o propósito de especulação. Não realizaram quaisquer benfeitorias, limitando-se ao arrendamento de suas terras aos extratores de castanha (ALMEIDA, 1984, p.62).

Nas entrevistas com antigos moradores<sup>3</sup> do rio Maracá foi possível reconstruir alguns aspectos da relação entre a empresa e arrendatários, na dominação local e na ocupação econômica mais recente dessa região. Na década de sessenta, os empresários japoneses instalaram em Central do Maracá uma estufa para secagem da castanha, mas que não deu certo. Essas instalações encontram-se atualmente abandonadas. Na região, trabalhava-se, no inverno colhendo castanha, após a castanha plantava-se as roças familiares e no verão colhia-se a borracha. Os extrativistas tinham a responsabilidade de fazer a limpeza dos varadouros e castanhais, onde se queimava o excesso de folhas embaixo das árvores o que trazia melhoras na produção. Além dos moradores locais, para as atividades extrativistas vinham trabalhadores das vilas de Mazagão e povoados próximos, como também de Boa Vista no interior do Pará, chegando a trazer-se duzentos homens para trabalhar na coleta da castanha. Nas atividades da castanha, os trabalhadores eram divididos em dois grupos, os que faziam as atividades de

---

<sup>3</sup>Tomé de Souza Belo. Sindicalista no Mazagão e João Florindo de Tavares. Morador antigo do rio Maracá. Entrevistas concedida a Antonio Sergio Filocreão. Carvão-AP, mai.2006.

coletas, e os que desciam com a castanha através do rio, que é cheio de cachoeiras. Todos recebiam por barrica coletada ou transportada. O transporte era feito em batelões com capacidade de carga de 25 barricas, quando tinha que atravessar cachoeiras, e com carga de 50 barricas em casos que não precisava descer e subir cachoeiras.

Por indicação do GEBAM, o presidente da república João Figueiredo através dos Decretos nº 86.235 e nº 86.236, de 29 de Julho de 1981, fixa essa região como área prioritária, para fins de reforma agrária, e declara de interesse social para fim de desapropriação uma área medindo aproximadamente 580.000 hectares situada nos Municípios de Mazagão e Macapá, no Território Federal do Amapá, incluindo quarenta e cinco imóveis rurais que figuravam como incorporados ao patrimônio social da empresa Agro-Industrial do Amapá S.A. O INCRA fica responsável pela desapropriação e destinos dessas terras.

As terras desapropriadas vão ficar sem destinação até 1988. Nesse período, alguns dos comerciantes que atuavam na região, com o dinheiro acumulado no comércio extrativista, expandem nessas áreas, a pecuária, com a criação de búfalos e bovinos, criando conflitos com os produtores agroextrativistas, devido à destruição de roças pelos animais.

Como se pode observar, a exploração do agroextrativismo no Sul do Amapá por empresas estrangeiras, teve formas bem diferenciada, enquanto na região do Jarí e Cajari, implementou-se uma organização produtiva, na região do Maracá, a forma de utilização dos recursos foi mais especulativa e com interesse principal nas riquezas minerais.

#### **4.2.O agroextrativismo sob o controle de um grande projeto**

O processo de apropriação direta dos recursos naturais da Amazônia pelo grande capital, acelerado na década de 60, manifesta-se claramente na região do Jarí, a partir da compra do controle da região pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig.

Os antigos proprietários venderam o controle acionário de três companhias: a Jarí Indústria e Comércio, a Companhia Industrial do Amapá(CIA) e a Navegação Jarí S/A, esta última ainda em fase de organização. O preço total da venda foi de 4.703.333 dólares. (Pinto, 1986, p.11).

Este processo trouxe profundas modificações na economia e no modo de vida da região, ao transformar, subitamente, a economia local, sustentada pelo extrativismo vegetal, organizada por uma empresa de caráter incisivamente comercial, que mesclava relações de assalariamento com relações de aviamento, subsistindo com uma baixa composição orgânica de capital, em um grande enclave econômico, usuário dos mais recentes avanços tecnológicos.

No processo de criação da riqueza, também se estabelecem às condições que contribuem para o desequilíbrio ecológico, que não existia na economia extrativista anterior, pois:

Do ponto de vista físico, a região encontrava-se, a bem dizer, intacta. A população vivia do extrativismo, sem nenhuma tradição agropecuária que os levasse a efetuar derrubadas significantes, a não ser pequenas áreas de plantio de mandioca para fabricar farinha(LINS, 2001,p.149).

Em substituição à economia extrativista existente, o projeto Jarí pretendeu desenvolver um mega empreendimento produtivo, que previa a derrubada de mais de 200.000 hectares para o reflorestamento com espécies exóticas visando à fabricação de celulose; o desenvolvimento de uma pecuária com rebanho de 100.000 cabeças bovinas e 40.000 bubalinas; o plantio de 20.000 hectares de arroz, 80.000 hectares de dendê e banana, além da exploração dos minérios existentes na região. O projeto trouxe montada do Japão, uma fábrica de celulose ao custo de 269 milhões de dólares, e, para atender as demandas energéticas desta fábrica, pretendia instalar uma hidrelétrica no Rio Jarí, além de outros investimentos de grande vulto.

Ressalte-se que todos os empreendimentos foram e continuam a ser executados com alguma forma de incentivo estatal, como isenção de impostos, incentivos fiscais, financiamentos a taxas de juros abaixo do mercado, tal qual, os outros grandes projetos instalados na Amazônia. Além disso, apossou-se de uma área de 6 milhões de hectares por grilagem (SAUTCHUCK; CARVALHO; GUSMÃO, 1979).

Quanto ao agroextrativismo, no início da fase Ludwig, o projeto Jarí tentou continuar com a atividade de exploração de castanha na região, tendo em vista que no patrimônio comprado, havia um projeto financiado em 1966, com incentivos fiscais pela SPVEA, para instalar uma fábrica de beneficiamento de castanha em Jarilandia e que precisava ser dada continuidade. Os insucessos no comércio da castanha levam o projeto Jarí a desistir desse negócio, arrendando os seus castanhais para uma empresa denominada Amapá Importação e Exportação Ltda. (AMPEX), em 1970. A atuação da AMPEX foi também desastrosa, com práticas de não cumprimento de acordos, não pagamento da produção dos extrativistas, denúncias de escravização de posseiros, e outras irregularidades administrativas, o que trouxe problemas de relacionamento do projeto Jarí com o governo do Território Federal do Amapá, que mandou apurar as denúncias envolvendo os posseiros da região (PINTO, 1986; RAIOL, 1992),.

A Jarí em 1975 deixou definitivamente de arrendar suas filiais para a extração de castanha e outros produtos naturais, após os sete anos de experiências desastrosas, fechando quase todas as filiais, ficando apenas um segurança para evitar a ocupação dos prédios.

Findo o monopólio, a comercialização da produção agroextrativista fica nas mãos dos pequenos regatões e comerciantes que dispõem das mercadorias de aviamento. Estes comerciantes mantêm uma situação de exploração em níveis mais elevados que os da antiga empresa extrativista, obrigando os produtores a recorrerem cada vez mais à agricultura. Quanto aos castanhais, a utilização passa a ser autorizada aos extrativistas locais, através de documentos expedidos pelo responsável pela segurança e vigilância das áreas do Projeto Jarí.

Em 1977, a Jarí voltou a comprar castanha, através da empresa subsidiária Serviços Agrários e Silviculturais Ltda. (SASI), para evitar que seus funcionários deixassem o serviço para se envolver com a coleta de castanha, o que acontecia com frequência. A região já estava liberada para o livre comércio daquele produto, porém a empresa permaneceu nessa atividade até 1995,



“apenas para incentivar o comércio, dando o exemplo de fazer os pagamentos à vista e não na base da troca, como era feito este comércio no passado”(LINS, 1997, p.118).

Em 1981, o Projeto Jarí, em crise, passa às mãos de um grupo de "empresários nacionais", liderados pelo Grupo CAEMI, proprietário da ICOMI, que são financiados pelo governo federal para a compra e recuperação deste mega empreendimento. A nova gestão a cada ano faz redução nos seus quadros de funcionários, aumentando nos beiradões<sup>4</sup> o número dos desempregados e subempregados, agravando a situação social da região.

Na gestão dos "grupos nacionais", liderados pelo Grupo CAEMI, além do aumento do desemprego, verifica-se uma proliferação dos conflitos com os posseiros pelo usufruto da terra, florestas e rios da região, com violência física e destruição de moradias de posseiros.

Em 2000, o controle acionário do Projeto Jarí passa a propriedade do Grupo Orsa que oferece a melhor proposta para o endividamento do Projeto Jarí: quatrocentos e quinze milhões de dólares. Os novos proprietários do Projeto, através da Fundação Orsa, vêm tentando manter uma relação mais próxima das populações locais, implementando projetos de assistência social. Já que, os novos donos têm trabalhado na certificação ambiental do empreendimento para garantir uma melhor colocação dos seus produtos no mercado.

#### **4.3.O agroextrativismo em áreas protegidas no Sul do Amapá**

O controle da região do Jarí e Cajari, tanto no período de Ludwig, quanto no período de empresários nacionais caracterizou-se pela violência da segurança armada do Projeto contra os posseiros existentes, para evitar a construção ou melhoria das suas moradias, tentando salvaguardar o direito de posse das terras ao latifúndio.

A situação dos posseiros tornou-se extremamente difícil, além da repressão, o processo de expropriação desenvolvido pelos novos compradores da produção agroextrativista tornou-se insuportável. Através do superfaturamento das poucas mercadorias oferecidas, e o subfaturamento da produção comprada, os produtores ficavam totalmente amarrados aos novos patrões, por uma dívida que se tornava impagável. Isto garantia aos patrões, uma rápida capitalização por conta de uma vida extremamente difícil para os agroextrativistas.

Esses fatores vão contribuir para emergência de diversos e violentos conflitos que vão forçar a população local a organizar-se através do Sindicato do Trabalhadores Rurais do Amapá(SINTRA) e de associações e cooperativas que são criadas para lutar pelos seus direitos a terra e a melhores preços dos seus produtos.

No clima político da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, no I Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, o SINTRA encampa no Amapá, a luta pelos direitos dos trabalhadores extrativistas do Sul do Amapá, tendo como principal aliado a

---

<sup>4</sup> Denominação dada às favelas construídas sobre palafitas na periferia do Projeto Jari.

Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jarí (COMAJA) criada em 1985 no município de Laranjal do Jarí.

Na luta pelos interesses agroextrativistas, o SINTRA vai exercer uma pressão sobre o MIRAD/INCRA no Amapá, para a regularização fundiária das terras ocupadas pelos trabalhadores extrativistas no Sul do Amapá, e fazer cumprir a proposta de Reserva Extrativista incorporada no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 30 de julho de 1987, a partir da Portaria N° 627 que cria a figura do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE).

As pressões levam a uma agenda de trabalho que envolve o MIRAD/INCRA, SINTRA e COMAJA, com reuniões sistemáticas para debater a proposta, incorporando posteriormente nessa agenda o CNS, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AP).

Dessa agenda, vão ser realizados os levantamentos preliminares das áreas do Sul do Amapá para implantação de PAEs, que subsidiarão a criação dos PAEs Maracá I, II e III em 1988, na área desapropriada pelo GEBAM no rio Maracá; da Reserva Extrativista do rio Cajari em 1990 em terras ocupadas pelo Projeto Jarí; e, da RDS do rio Iratapuru em 1997.

A criação das áreas protegidas deu sobrevida ao agroextrativismo sob a forma de unidades familiares, na medida em que garantiram o acesso a terras e aos recursos florestais, as famílias que historicamente desenvolviam suas atividades na região. Permitiu também um conjunto de investimentos dos governos e ONGs ambientalistas, para agregação de valor aos principais produtos através da industrialização local. Instalando-se uma fábrica para produção de palmito de açaí no Rio Cajari, duas fábricas para o beneficiamento da castanha, uma em Laranjal do Jarí, e outra em Santa Clara do Cajari, e uma fábrica para óleo e biscoitos de castanha, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Iratapuru. Hoje o controle da produção extrativista do Sul do Amapá, conta com a participação das Cooperativas de Agroextrativistas, que foram criadas.

## **5.CONCLUSÃO**

Nesta análise sobre a história da ocupação econômica da região Sul do Amapá, percebe-se a reprodução das principais características da ocupação de toda Amazônia, sintetizada por Silva:

Na Amazônia, com a predominância do extrativismo, primeiro com a exploração de produtos originários da floresta e da fauna, como o cacau, pau rosa, salsaparrilha, tartaruga, couros e peles e, principalmente, borracha desde o período colonial até o republicano, e madeira, manganês, cassiterita, ferro, bauxita e outros minerais, contemporaneamente, forjou-se uma sociedade fortemente moldada por estruturas hierárquicas verticais, influenciada pela Igreja Católica no âmbito cultural, pelo patrimonialismo herdado das instituições estatais portuguesas e pelo paternalismo e clientelismo decorrentes de aviamento engendrado para viabilizar a produção, transporte, comercialização e consumo da população. (SILVA, 2002, p. 58-59)

Essas características estiveram presentes nos principais momentos, fortalecidas nas suas ações inibidoras de um desenvolvimento social mais justo, pelo caráter militar, presente muito fortemente na atuação do Estado, em sua forma de administrar a ocupação: na fase colonial,

expulsando os concorrentes estrangeiros, reprimindo os índios e construindo as fortificações e vilas necessárias a defesa e manutenção da posse das terras; com a revolução de 30, quebrando o poder dos coronéis, possibilitando a exploração especificamente capitalista da riqueza extrativista; no Território Federal, para proteger as fronteiras e garantir o acesso pacífico dos grandes capitais aos estoques de riqueza existente na região.

Esse caráter manifestou-se em uma forma autoritária de gestão, que pela força calou as reações contrárias e tutelou de forma paternalista as manifestações conformistas. Hoje se tem uma sociedade que muito espera dos governos que se sucedem e pouco luta para viabilizar seus projetos sociais mais legítimos, enquanto os governos que são eleitos caminham reproduzindo no seu fazer as heranças autoritárias dessa história, reproduzindo-se uma democracia extremamente fragilizada, no momento em que se constrói uma sociedade globalizada, complexa, e mais exigente da participação cidadã.

Nessa história, constituiu-se uma economia agroextrativista que se fortalece na região, onde agricultura de origem indígena da mandioca, milho, arroz e feijão associada à coleta de produtos como a castanha, o açaí, resinas, cipós vem garantindo a sobrevivência de um contingente populacional significativo e também, a manutenção da floresta em pé nas reservas criadas.

A persistência dessa economia deve-se a capacidade de adaptação dessa população as dificuldades surgidas ao longo da história, sua resistência silenciosa aos coronéis e empresas que dominaram a região, e a sua organização e articulação política com movimentos ambientalista, ocorrida após a criação do CNS.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região amazônica. Belém: Univesidade Federal do Pará, NAEA/FIPAM, 1974.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas, implementação de uma alternativa ao desmatamento na Amazônia. Curitiba, mimeo., 1988.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa. In: IBASE. Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária. Rio de Janeiro: CODECRI, 1984.
- BECKER, Bertha. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. Revista Território, n. 6, Jan-Jun 1999.
- CARVALHO, Jesus de Miranda. Revolução do Jarí. Belém: Smith Produções Gráficas Ltda., 2004.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In As Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX. Belém, Editora Universitária, 1999.
- COUTO, Jorge. O Brasil Pombalino. Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n. 15/16. Lisboa, jan/jun, 2003.
- CREVAUX, Jules. Le mediant de l'Eldorado: de Cayenne aux Andes (1876-1879). Paris, Editions Payot, 1993.
- DAOU, Ana Maria. A belle époque amazônica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000.
- DIAS, Manoel Nunes. A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão: fomento e mercantilismo 1755-1778. Belém: Universidade Federal do Pará, 2v, 1970.

FERREIRA REIS, Arthur César. A Política de Portugal no Vale Amazônico. Belém, SECULT, 1993.

FRAGOSO, Frei Hugo. Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará. In: HOORNAERT, Eduardo(Org.). Das reduções Latino-americanas às lutas indígenas atuais. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

IANNI, Otávio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

LINS, Cristóvão. A Jarí e a Amazônia. Rio de Janeiro, DATAFORMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Jarí: 70 anos de história. 3 ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LORIMER, Joyce. English and Irish Settlement on the River Amazon: 1550-1646. London: The Hakluyt Society , 1989.

MARIN, Rosa Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: MARIN, Rosa Acevedo(Org.) Escrita da História Paraense. Belém, NAEA/UFGPA, 1998.

MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, IPEA, 1978.

MARTINELLO, Pedro. A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988, p. 368. Tese (Doutorado História Econômica) - USP.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. In Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v 11, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. A crise da Federação: da Oligarquia à Globalização. In A Federação em Perspectiva. São Paulo, FUNDAP, 1995.

PARÁ, Governo do Estado, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1916.

PINTO, Lucio Flavio. Jarí: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

PORRO, Antonio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes/EDUSP, 1996.

PORTO, Jadson. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais-1943 a 2000. Macapá, GEA/SETEC, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense,1970.

RAIOL, Osvaldino da Silva. A utopia da terra na fronteira da Amazônia; a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: Editora Gráfica ODIA Ltda. 1992.

ROCQUE, Carlos. Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político. V1. Belém: SECULT, 1999.

ROSÁRIO, José Ubiratan. Amazônia, processo civilizatório: Apogeu do Grão-Pará. Belém, UFPA, 1986.

SAUTCHUCK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. Projeto Jarí, a invasão americana. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1979.

SILLS, Erin O.. Relatório sobre a Reserva Extrativista do Rio Cajari e os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Macapá: 1991. Mimeografado.

SILVA, Fabio Carlos da. Raízes Amazônica: Universidade e Desenvolvimento Regional. In MELLO, Alex Fiúza (Org.). O futuro da Amazônia. Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do Século XXI. Belém, Editora da UFPA, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência 1850-1920. São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1993.